

## BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CANDOMBLÉ NA ILHA DE MARÉ – SALVADOR: ENTRE FIOS DE MEMÓRIA <sup>1</sup>

Marcos Rodrigues\*

**Resumo:** Neste trabalho pretendo relatar momentos de vivência e memória do candomblé de Praia Grande, na Ilha de Maré, na tentativa de analisar e entender uma trajetória entre exclusão e resistência. A utilização da história oral é de grande auxílio para a etnografia e a recomposição de experiências passadas que se encontram na memória coletiva. A discussão conceitual sobre tradição, memória e hierarquia social num processo dialético conduz a releituras e novas descobertas no âmbito das religiões afro-brasileiras.

**Palavras-chave:** Etnografia; Praia Grande (Ilha de Maré); religiosidade; memória ancestral.

Esta pesquisa se desenvolve na comunidade de Praia Grande, na Ilha de Maré, que pertence ao município de Salvador. A comunidade referida fica na zona oeste da ilha, dividida em áreas imaginárias, de acordo com a ocupação territorial a partir do nome da rua. São elas: Cidade Palha, Beco, Major, Caieira, Apicum e Tuíca. A vista panorâmica está voltada para a Ilha de Paramana e Madre de Deus. Não precisa dizer muito sobre como chegar até lá, basta experimentar a única forma de travessia, ao tomar o barco no terminal de São Tomé de Paripe. Não há precisão de horários nem controle sobre as condições ambientais das lanchas.

Ao chegar lá, se a maré estiver alta, o desembarque acontece no atracadouro, inacabado, caso contrário o jeito é descer na água mesmo, como sempre foi. O nome da ilha faz jus exatamente ao fato de as embarcações terem que esperar o nível da água ficar favorável para chegar ou seguir viagem. É assim desde o período colonial. Praia Grande possui duas escolas municipais e uma sede da Sociedade dos Amigos de Praia Grande de Ilha de Maré e Adjacências. O desenvolvimento urbano ainda não chegou lá. Mas a modernidade dá mostra de interferência no coletivo.

Neste trabalho me disponho a relatar momentos de vivência e memória do candomblé local, na tentativa de analisar e entender uma trajetória entre exclusão, resistência e manutenção de práticas religiosas. Ainda sem atenção da mídia e das observações científicas, a religiosidade local constitui uma dinâmica intermediária, recriada fora do alcance do poder

---

<sup>1</sup> A primeira versão deste trabalho foi apresentada no II Encontro de São Lázaro, que comemorou os 70 anos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Feral da Bahia, em junho de 2011.

\*Mestrando em Estudos Étnicos e Africanos pela UFBA ([jmbr@bol.com.br](mailto:jmbr@bol.com.br))

público, mas não da política social. Os relatos ouvidos e coletados dão conta de como a prática religiosa afro-brasileira aliada à medicina popular ainda permeia a memória coletiva e a vida cotidiana dos moradores mais antigos, após a virada do século XXI. A diversidade está por todos os espaços a partir das fronteiras sociais. Fronteiras que passam entre os grupos a noção de prestígio, preconceito, desigualdade e a negociação política para manutenção dessa ordem. Assim, a partir das primeiras visitas ao campo de pesquisa, é impossível negar o aspecto da ambiguidade como princípio para entender a vida local.

Apesar de fazer parte do município de Salvador, é interessante reforçar que a Ilha de Maré está mais próxima e voltada ao Recôncavo. Localizada na região central da Baía de Todos os Santos, em frente ao Porto de Aratu, na foz do rio Cotegipe, a Ilha de Maré é uma extensão geográfica do subúrbio ferroviário de Salvador, com uma população em torno de 12 mil habitantes<sup>2</sup>, majoritariamente pessoas de baixa renda, longe do desenvolvimento urbano. É a segunda maior ilha da baía, com cerca de 14 quilômetros quadrados de área. Sem estradas, nem automóveis, o transporte local mais comum é o cavalo, ou a pé, através das estreitas trilhas de barro, sem nenhum tipo de pavimentação, e também pela praia com a maré baixa. Afastada de Salvador por apenas oito milhas náuticas (14,8 km), a Ilha da Maré tornou-se um ponto de atração turística ou local de veraneio sem muita estrutura.

A ilha, que já foi um grande centro de abastecimento no período colonial, hoje parece ter parado no tempo com a falta de investimentos sociais. Ainda que classificada como uma Área de Proteção Ambiental (APA) pelo governo<sup>3</sup>, a poluição e a degradação crescem diante da rica biodiversidade. A escassez dos serviços públicos essenciais demarca o quadro da exclusão social, cujas regras estabelecidas pela política econômica da globalização se encarregam de ampliar a falta de acesso a outros gêneros e bens, além de coibir lastros de cidadania. Durante o início desta pesquisa, dois fatos aconteceram: a inauguração do posto de saúde e o início da construção dos atracadouros em Santana e Praia Grande.

A condição em que vive a comunidade referida se prolonga até a contemporaneidade graças aos mecanismos de relações interétnicas mantidos pela linhagem do parentesco e pela noção de pertencimento. A Ilha de Maré, como toda a área do Recôncavo, recebeu a forte influência do catolicismo, cujo resquício está nas capelas construídas a partir do século XVI.

---

<sup>2</sup> Esta estimativa aproximada, uma vez que o censo 2010 ainda não foi divulgado. O IBGE apontava em 2000 que a Ilha de Maré tinha 6.717 habitantes.

<sup>3</sup> Decreto Estadual 7.595, de 5 de junho de 1999 criou a Área de Proteção Ambiental (APA) da Baía de Todos os Santos, conforme publicado no Diário Oficial em 9-6-1999.

Exemplo dessa herança são as Capelas de Nossa Senhora das Neves (1552) e outras duas, de Santana de Maré, em Santana e Nossa Senhora das Candeias, em Praia Grande, do século XIX. A capela de Praia Grande tem a data de 2 de fevereiro de 1880 cravada na pedra fundamental. Também o cenário da ilha apresenta outras correntes de igrejas evangélicas e a presença localizada do culto religioso afro-brasileiro.

Entretanto, desde as primeiras décadas do século passado, a população local sempre conviveu com as práticas de cura e rituais caseiros, sob os cuidados de Balbina Bárbara de Santana<sup>4</sup>, mulher de reconhecido e notório saber na comunidade local, uma vez que não havia serviço público de saúde. Tal quadro não deve ter sido muito diferente em toda a Baía de Todos os Santos e Recôncavo. Perceber as práticas rituais de culto e de cura já motiva uma reflexão sobre a presença de Balbina na ilha. A discussão conceitual sobre tradição, memória e hierarquia social num processo dialético conduz a releituras e novas descobertas no âmbito dos estudos afro-brasileiros. Lessa (2005) relata em sua pesquisa as observações e memórias das pessoas que recorriam a diversas práticas de cura caseiras contra doenças e outros males da vida.

O Mapeamento dos Terreiros de Salvador, publicado pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (2008), divulga a existência de seis espaços sagrados, conhecidos como terreiros de candomblé, na Ilha de Maré. Apenas um está fora de Praia Grande. Esta pesquisa se dá em dois desses espaços com procedimentos teórico-metodológicos diretamente vinculados à memória, história oral e registro etnográfico. O trabalho de campo segue com a realização de entrevistas semi-estruturadas e a investigação documental junto a algumas famílias e em arquivos.

Sem dúvida, o caminho é sempre de descobertas. Novas possíveis fontes de informação vão surgindo nas entrevistas ou mesmo em conversas informais. Foi assim que vislumbrei a linha ancestral que deveria ser revelada ao longo da pesquisa. Baía e dona Joana possuem como raiz religiosa a finada Balbina, um ponto em comum das duas lideranças que interessa ao nosso trabalho na investigação da memória.

Um momento marcante da pesquisa de campo foi perceber que não iria conseguir muito êxito em entrevistar dona Joana. O tempo é nosso parceiro e também nosso adversário

---

<sup>4</sup> Balbina Bárbara de Santana, Mãe Bina de Iansã, (hoje lembrada como finada Balbina) era uma mulher multifacetada em face das condições da comunidade. Era considerada uma pessoa poderosa. Acumulava as funções de líder religiosa, parteira, médica popular e líder comunitária na região. Grande parte da população da Ilha de Maré nasceu através de suas mãos.

na construção de um trabalho. Ele também nos faz mudar de rota durante a sua realização. A perspectiva de êxito foi se esvaindo. As condições de estabelecer um diálogo, uma conversa, foram se tornando nulas. Apesar da boa vontade da família em colaborar, foi ficando cada vez mais impossível conversar com dona Joana. No máximo a lembrança de um ou outro momento distante, e só. A dificuldade em ouvir fazia toda a diferença.

A história oral tem sido bastante utilizada pelas disciplinas modernas na recuperação de uma memória não muito distante. É de grande auxílio para a etnografia na recomposição de experiências passadas que se encontram na memória coletiva. Meihy (2005) explica o conceito da história oral como “um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estilos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Assim, temos uma história do ‘tempo presente’ e também reconhecida como ‘história viva’ ”.

Com raras exceções, as impressões sobre a religiosidade afro-brasileira estão centradas na tradição jeje-nagô como modelo<sup>5</sup> e discussão sobre relações raciais. Nesse sentido, Lima (2003) reconhece o valor intelectual da investigação, mas critica a postura de Nina Rodrigues sobre a construção do seu trabalho, que bem poderia ser voltado também para o aspecto da experiência de vida das lideranças que conheceu.

Um grupo de pesquisadores mais recente já consegue dar destaque a algumas lideranças como forma de reduzir a sombra mantida sobre personalidades do culto afro brasileiro. Rapidamente podemos lembrar o próprio Vivaldo da Costa Lima (1987), Júlio Braga (1995), Muniz Sodré e Felipe de Lima (1996) entre outros, cujos trabalhos trouxeram à luz do conhecimento público nomes com a devida representatividade (Mãe Aninha, Martiniano Bonfim, Jubiabá, Procópio e Agenor Miranda).

Estudiosos mais contemporâneos já dão conta de outras linhagens menos ortodoxas sobre religiosidade afro-brasileira, cujas lideranças com seus conhecimentos e práticas já aparecem em primeiro plano. São os casos de Marcus Carvalho (2006) e Fábio Lima (2005) que esboçam uma nova forma de fazer antropologia levando em conta o protagonismo religioso nos terreiros, através de relatos parciais da história de vida dos sacerdotes.

Mesmo antes de iniciar esta pesquisa, já especulava entrevistar algumas pessoas em Praia Grande. Era importante identificar lideranças ou portadores de informações importantes e ganhar credibilidade. Naturalmente, todo estudo surge da relação de acolhimento

---

<sup>5</sup> Trabalhos como *O animismo fetichista dos negros baianos*, 2005 e *Os Africanos no Brasil*, de Nina Rodrigues, 2008 [1932] e *O Candomblé da Bahia*, de Roger Bastide, 2009 (1958), entre outros, não retratam em primeiro plano as lideranças religiosas e os membros dos terreiros pesquisados, na condição de protagonistas históricos.

estabelecida entre a liderança da casa e o observador. Nos terreiros de Praia Grande, sempre tive boa receptividade. Desde os primeiros contatos para realização do trabalho, apesar de ser o outro, o estranho, a resposta foi positiva diante da proposta de fornecer informações. Os personagens mais envolvidos diretamente demonstraram uma sensação de contentamento pelo fato de terem assegurado o acesso ao resultado do trabalho.

A prática do candomblé na ilha oferece múltiplas opções de análises e compreensão. É possível que tenha trilhado um caminho diferente da linha considerada tradicional. A discussão do sincretismo foi descartada para desenvolver a pesquisa por ser um fator muito evidente e não constituir um tema de tanto interesse para novas descobertas do momento. À medida que as informações são colhidas, o entendimento também é facilitado.

A recusa quanto a gerar uma nova família de santo, cultuar Exu e a utilização de rezas católicas, foram alguns dos motivos que me chamaram atenção durante as visitas e já levantam discussões. O olhar de fora se depara com elementos já discutidos em outras pesquisas e oportunos debates. Afinal, como se mantém de forma tão particular um sistema de códigos religiosos numa comunidade relativamente isolada, socialmente excluída?

É importante prestar atenção para a existência de uma prática religiosa mestiça. No campo de observação, as vertentes identitárias parecem se complementar e não se antagonizar. Os discursos verbais e não verbais se legitimam pelas práticas encontradas e mantidas pelos atores sociais de forma naturalizada, embora pareça estranha aos olhos do observador estrangeiro. O resquício da cataquese colonial é visível na mentalidade religiosa dos terreiros de Praia Grande. A ideologia cristã ocidental de bem e mal segue entranhada no discurso e no comportamento das pessoas. Lembrando *O Poder Simbólico*, de Bourdieu, em que o *habitus* move a condição humana em suas práticas estruturantes (1989), a gente pode perceber assim como são dinâmicas as identidades, portanto sociais, relacionais.

Embora se definam como pertencentes à nação angola, os entrevistados mostram uma forma própria de ser. Na atualidade, podemos notar que o caráter mestiço permeia todas as esferas sociais. O candomblé tem a descendência africana, porém acolhe o culto de caboclo, utiliza elementos da liturgia católica e a língua portuguesa. Quando falo em mestiçagem é nesse sentido. A mestiçagem no candomblé traduz o conjunto de hierarquias sociais que forma uma cultura de legitimação dos grupos ou das pessoas, de acordo com a concepção de Bernard Lahire (2006). Em meio a influências diversas, há um discurso de busca da legitimidade ancestral para afirmar a prática atual.

As duas casas aqui em análise se definem como de nação angola, por coincidência pertencentes a Oxossi, orixá patrono da cabeça das duas líderes. Ambas são conduzidas de forma semelhante, embora com suas respectivas particularidades. O espaço é democraticamente dividido entre residência e santuário. No quarto do santo, espaço de acesso restrito, as imagens se misturam aos assentamentos.

Um terreiro se constitui das bases vivenciais de sua liderança. Possivelmente, com essa compreensão, foram geradas outras formas de resistência na ilha cujo saber ritual hoje se encontra restrito nas mãos de uma pessoa como dona Joana. De sua geração, não há mais ninguém. Mais do que simples espaço físico, o terreiro esboça uma face de sua trajetória, que significa respeito à herança que contribui para a formação de uma nova identidade.

### **Perfil da casa de dona Joana**

O Terreiro de Oxossi liderado por dona Joana fica na sua própria casa. Uma área de serviço no fundo serve como barracão para realização de festa, onde também fica o quarto do santo. Segundo informação levantada, a casa realiza duas festas por ano: a de Oxossi no dia 23 de abril (dia de s. Jorge) e oferece o caruru de Crispina, no dia 25 de outubro, em homenagem a São Crispim.

Nascida como Joana do Nascimento da Encarnação, filha de Oxossi convicta, dona Joana é uma pessoa que goza do respeito e admiração de todos que a conhecem. Ainda criança, perdeu a mãe e foi criada pela finada Balbina, que veio a ser sua mãe de santo. Tem o curso primário incompleto, talvez o suficiente para vencer as dificuldades de uma sociedade que exigia a qualificação de saber ler, escrever e contar. Morou alguns anos no bairro de Jaguaribe e voltou à ilha para fixar residência no povoado de Bananeiras, onde nasceu. Enquanto viveu ao lado de Balbina, aprendera e fizera de tudo um pouco. Trabalhava intensamente no terreiro que ficava na parte alta de Praia Grande conhecida como Cidade de Palha. Além de ajudante de parteira, era pequena comerciante, vendia comida típica como mingau, arroz doce, etc.

Na década de 1940, passou a morar com a família, na rua do Beco, onde está até hoje. Na época, havia uma fileira de casas de um lado só da rua. Em sua modesta moradia, dona Joana começou a realizar sessões para Oxossi e a coisa foi crescendo devido a procura das



peessoas com problemas de toda ordem. No início, ainda não havia o barracão, e para fazer a festa, armava-se um caramanchão na frente da casa.

Viúva, aposentada, dona Joana teve 14 filhos, dos quais 5 mulheres e 3 homens estão vivos, que se revezam fazendo-lhe companhia devido ao seu estado de saúde. Há cerca de cinco anos o quadro ficou delicado com a cegueira provocada pela catarata e pela deficiência auditiva. Contudo, se recusou ao procedimento médico-cirúrgico. Os filhos são unânimes em reafirmar que ela deixava claro que nunca gostaria de assumir a responsabilidade de liderar um terreiro. Fazer “brincadeira” (roda de candomblé aberta à manifestação sobretudo de caboclos) sempre foi o que ela gostou, segundo afirmação de Isabel e Beneco, os prováveis herdeiros espirituais. Recebia todos de forma acolhedora, sempre disposta a atender por caridade. Não cobrava nada de ninguém. “Nunca ganhei nada com candomblé”, disse ela uma vez.

A casa de dona Joana não tem nenhum tipo de registro como terreiro nem como associação. Na modernidade o terceiro setor da economia em muito contribuiu para a criação de associações civis com perfil de pessoa jurídica aos terreiros de candomblé. Alguns terreiros em Salvador possuem associação com seu próprio estatuto como via de buscar a sustentabilidade e assegurar o seu espaço na sociedade civil. Aos terreiros de Praia Grande, essa política soa como algo totalmente estranho.

Representante de uma geração já extinta na comunidade, dona Joana tem uma trajetória religiosa e de contribuição social que a simboliza como uma cartilha do saber popular. Dentre suas habilidades, é conhecida por preparar uma garrafada, remédio caseiro para todo tipo de doença, seja física ou espiritual. Dona Joana não faz jogo de búzios, nem cartas. Sempre trabalhou com a intuição e a vidência. Os filhos Beneco e Isabel relatam isso muito seguros com base nos fatos vivenciados. É do conhecimento de todos na ilha que dona Joana já curou muita gente não só com garrafadas, mas também com reza, banho de folhas e outros procedimentos hoje utilizados pela medicina alternativa.

Algum tempo atrás, dona Joana disse algumas vezes que gostava de labutar com a vida e não se furtava em contar muitos casos e episódios vividos, apesar das limitações. A transmissão de conhecimentos a gerações mais novas parece estar comprometida tendo em vista o estado de resignação sobre o passado e as incertezas sobre o futuro.

### **Perfil da casa de Baia**

Maria do Nascimento (Baia), 70 anos, é a responsável pelo Terreiro de Odé, localizado na rua da Palha, parte alta de Praia Grande. Ela conta que seu apelido vem desde criança, colocado pela mãe, dona Maria Genoveva, e nunca procurou saber por que. Não sabe dizer quanto tempo tem de iniciada, mas declara que se iniciou no candomblé aos onze anos junto com mais onze pessoas, todas mulheres. Sua mãe de santo foi sua mãe carnal, Maria Genoveva Santana, conhecida como Menininha, a segunda filha de Balbina. Filhos de santo, só um de Oxalá, já falecido, seu filho carnal, Mirês, Ogã de Oxossi e Isabel, filha de dona Joana, com obrigação feita recente.

Baia explica que a casa é de Oxossi, antes de Ogum, herdada da mãe, tem um calendário de duas festas por ano e cumpre suas obrigações com a ajuda das irmãs de barco. As festas acontecem em agosto para Oxossi e Tempo e em dezembro, para Iansã. A casa não possui nenhum ritual particular. Também, não tem nenhuma prática de ritual católica, e Baia garante não ter nenhuma relação com a igreja, como representante da casa.

O terreiro de Odé foi fundado em 1957, em terreno próprio. Baia mora na casa ao lado. O barracão com o quarto do santo é uma extensão lateral da casa, um salão arejado de meias paredes. Na entrada, à esquerda fica o espaço para os atabaques, e na parede há um pequeno quadro de pintura na representação de um caboclo. À direita está o quarto do santo e na parede externa uma placa comemorativa com a frase: “Salve Santo Antonio”. Outra ilustração, um quadro com imagem de Santa Luzia, fica na parede em frente. O barracão é enfeitado com bandeirolas de várias cores (verde, amarelo, azul e vermelho).

A casa de Baia tem o alvará permanente da Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro (Fenacab) feito pela mãe, Maria Genoveva, em 24 de maio de 1983, com a denominação Centro de Ogum, classificado na categoria giro de caboclo. Entretanto, não recebe nenhum tipo de assistência, nem nunca recebeu visita da entidade que se encarrega de prestar auxílio aos terreiros afiliados. Ela informa que a manutenção do terreiro é por conta própria, garante que não recebe nenhum tipo de contribuição eventual, entretanto, Baia revela que todos ajudam nas festas.

A hierarquia da casa é pequena, encabeçada por ela na liderança e pelo filho Mirês. Beneco, filho de dona Joana, é Tata Cambono da casa desde o tempo de sua mãe, Maria Genoveva. Nas festas, Baia revela que toca quem aparece, inclusive os ogãs de outros



terreiros, ou aqueles que tocam sem compromisso, por conhecimento próprio. As práticas rituais têm o apoio das pessoas mais antigas, suas irmãs de barco e familiares.

Viúva, aposentada, analfabeta, Baia nunca estudou. Tem três filhos homens e duas mulheres que participam de alguma forma das atividades religiosas. Só Mirês tem cargo. Dentre os outros terreiros, tem uma relação de ajuda mútua com a casa de dona Joana, de Sosó e Angélica. Chegada a uma boa conversa, enquanto dá entrevista, alguém a chama na porta para saber o que está fazendo. De pronto ela respondeu: “Estou convelsano, o que você qué? Estou convelsano com quem acho que devo convelsar”... e soltou uma gargalhada. A descontração ajuda manter a entrevista mais franca.

Apesar de possuir um terreiro, nunca quis saber também de formar uma família de santo, apesar de já ter recolhido três pessoas. Sincretismo, Baia desconhece essa palavra tão corriqueira entre os pesquisadores e curiosos das ciências humanas, tão ávidos em classificar. Também a líder da casa desconhece o termo inquite. Perguntado o motivo de ter tanta imagem católica em casa, a resposta veio acompanhada de uma risada larga: “porque eu gosto”. Disse ainda que o que sabe aprendeu desde o tempo da vó Balbina.

### **Perfil da finada Balbina**

Balbina Bárbara de Santana, Mãe Bina de Iansã, era única na região. Num universo de desassistência social, uma mulher dotada de saber natural e sobrenatural atuava como parteira, rezadeira, vidente, curandeira e mãe de santo. Era conhecedora profunda do uso das folhas e suas funções. Seu terreiro ficava na área conhecida como Cidade Palha.

Neste trabalho, proponho conhecer e registrar a sua atuação na ilha através da memória de seus descendentes, além de outros parentes e amigos.

O candomblé na forma como conhecemos hoje foi implantado na ilha por Balbina, pessoa de saudosa memória cultivada pelos seus descendentes biológicos e espirituais, hoje moradores da comunidade de Praia Grande. Mãe Bina está ligada diretamente a dona Joana e Baia. Foi mãe carnal de Madalena e Maria Genoveva e mãe de criação de dona Joana. Com a sua morte, Madalena assumiu o terreiro. Dona Joana e Genoveva já tinham seus espaços. As filhas de Madalena não seguiram a religião. As filhas de Genoveva (Baia e Anade) assumiram suas funções no candomblé.

Parte da vida e da memória de muita gente, Balbina é falecida há mais de 40 anos. Francisco das Neves, 84 anos, conhecido como Delunga, afirma que era a mãe da ilha,

inclusive revela que foi a parteira do seu nascimento e de todos os seus dez filhos. Era uma espécie de médica popular, parteira, rezadeira, orientadora da comunidade da ilha. A religiosidade e a medicina popular de Ilha de Maré estão ligadas diretamente a trajetória de Balbina, com suas práticas de cura, realização de partos e culto do candomblé. Há quem a considere uma mulher poderosa sob alegação de que pra tudo ela tinha um jeito, sem a necessidade de ninguém se deslocar até a cidade.

Muita gente lembra a finada Balbina como mãe, avó ou madrinha. Seu Noca, 80 anos, antigo pescador, segundo informações extras, foi ogan da antiga mãe de santo. Interrogado, ele não confirma, mantém o silêncio. Mas, promete uma conversa mais tranqüila num outro momento. Coisas da experiência do trabalho de campo. Balbina nunca revelou sua linhagem de santo, nem o local onde foi feita. Durante muitos anos foi a pessoa mais importante nos planos da religiosidade e da medicina popular, na região da ilha, na primeira metade do século XX. Segundo relatos, suas festas de candomblé eram eventos memoráveis, devido à grande participação de pessoas de toda a região. Eram cinco dias de festa com a casa cheia.

Numa época em que o preconceito oficial contra a religiosidade afro-brasileira era intenso, mãe Bina parecia estar fora desse foco. A perseguição policial não chegou à Ilha de Maré. Esta informação foi confirmada por Beneco, filho de dona Joana. Ao que parece, nem a polícia, nem as autoridades políticas, nem os intelectuais, nem a imprensa se interessaram em conhecer o espaço místico da ilha. Mãe Bina certamente teve uma percepção estratégica ao levar seu culto para lá. O segredo para se livrar das garras da polícia e dos olhares discriminatórios era mesmo escolher um local distante e de difícil acesso, cercado pela natureza, uma tática tipicamente quilombola.

E quem iria atrás de terreiro de candomblé, numa ilha para proibi-lo de tocar e realizar seus rituais? Seria incalculável para os olhos das relações de poder um templo religioso afro-brasileiro, localizado num outeiro, cujo acesso poucos sabiam, espaço de culto à natureza, mantido por mãe Bina, uma líder comunitária absoluta. Porém, há um hiato de memória sobre a sua vida. Entre os entrevistados, ninguém sabe ao certo a data do seu falecimento, muito menos que idade tinha na época, cerca de 40 anos atrás. Também é muito vaga a informação de que ela tenha nascido na ilha ou no bairro de Itapuã. Algumas pessoas lembram o nome do seu marido, de prenome Silvano, mas sem sobrenome. Os livros de registros do cartório foram remanejados para o bairro de Periperi (subúrbio ferroviário) e não

estão em condições de manuseio, segundo o atendente. Este informou ainda não dispor de registros de falecimentos com mais de vinte anos.

## Conclusão

Esta pesquisa me proporcionou vivenciar algo diferente em torno da memória de lideranças religiosas em Praia Grande, Ilha de Maré. Através da categoria história de vida, procurei problematizar alguns aspectos das casas de culto, conhecidas como terreiros de candomblé, em relação à formação de família de santo, ancestralidade e reinterpretações. As práticas rituais e sociais observadas remontam ao limiar do século XX, estabelecidas de forma negociada, fora do alcance das observações científicas, hoje ainda invisível aos olhos das convenções políticas que dizem zelar pela tradição. Mas que tradição seria essa? Pode tratar-se de uma cultura construída no perímetro urbano, centralizada nos moldes sudaneses, cujos fios chegam à periferia da organização por laços negociados entre as nações religiosas.

A finalidade do trabalho foi a trajetória das lideranças mais representativas de Praia Grande a partir de fragmentos recuperados junto a fontes orais e iconográficas para tecer os fios de uma memória flutuante. A partir das primeiras fontes diretas e indiretas, outras testemunhas surgiram e tornaram promissor o exercício etnográfico. O trabalho de campo só é possível através da observação participante, para o bom êxito da etnografia, o que muito facilita a relação entre o observador e o objeto observado, troca de informação e conhecimento.

As informações para este trabalho foram obtidas através da realização de entrevistas com roteiro semi-estruturado para uma abordagem antropológica, até então pouco explorada no plano de investigação científica. A apresentação deste trabalho não soluciona a problemática do risco de apagamento da memória na Ilha de Maré. Antes, vem somar no preenchimento de uma lacuna de reparação no âmbito dos estudos étnicos.

## Referências

BRAGA, Júlio. *Na Gamela do Feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia*. Salvador: Edfuba, 1995.

BASTIDE, Roger. *O Candomblé da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras. 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Difel e Bertrand Brasil,

1989.

CARNEIRO, Edison. *Religiões Negras, Negros Bantos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

CARVALHO, Marcus. *Gaiaku Luiza e a trajetória do jeje-mahi na Bahia*. Rio de Janeiro: editora Pallas, 2006.

EVANS-PRITCHARD, E.E.. *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1978. pp 299-316

Bourdieu, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro. Difel/Bertand Brasil. 1989.

LAHIRE, Bernard. *A Cultura dos Indivíduos*. Porto Alegre: Editora Artmed, 2006.

LIMA, Fábio Barbosa. *Os Candomblés da Bahia: tradições e novas tradições*. Salvador, EGBA. 2005

LIMA, Vivaldo da Costa. *A Família de Santo nos Candomblés jeje-nagô da Bahia*. Salvador, dissertação de mestrado em Ciências Sociais da UFBA, 1977. (mimo)

MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de história oral*. São Paulo, Loyola, 1997.

Ribeiro, Darcy. *Diários Índios*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES, Nina. *O animismo fetichista dos negros baianos*. Salvador: p555 ed., 2005.

SANTOS, Denilson Lessa dos. *Nas encruzilhadas da cura: Crenças, saberes e diferentes práticas curativas, Santo Antônio de Jesus – Recôncavo Sul – Bahia (1940-1980)*. Dissertação de mestrado em História da UFBA, 2005.

SANTOS, Jocélio Teles dos (coord.). *Mapeamento dos Terreiros de Salvador*. Salvador: Ceao, Fundação Palmares, Prefeitura de Salvador. 2008.

SODRÉ, Muniz e LIMA, Luís Felipe de. *Um Vento Sagrado: história de um adivinho da tradição nagô-ketu*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.